Petição 10.405 Distrito Federal

RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES

REQTE.(s) :SOB SIGILO
ADV.(A/s) :SOB SIGILO

DESPACHO

Trata-se de PET autuada nesta SUPREMA CORTE a partir de decisão por mim proferida nos autos do Inq. 4.878/DF, determinando a análise, pela Polícia Federal, de todo o material colhido a partir da determinação da quebra de sigilo telemático de MAURO CÉSAR BARBOSA CID, preservado o sigilo das informações.

Com o avanço das investigações, a Polícia Federal "identificou a constituição de uma associação criminosa para consecução de um fim comum, qual seja, a prática dos crimes de inserção de dados falsos de vacinação contra a Covid-19 nos sistemas SI-PNI e RNDS do Ministério da Saúde".

Nos termos do inciso IX do art. 93 da Constituição Federal de 1988, todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação.

No caso dos autos, embora a necessidade de cumprimento das numerosas diligências determinadas exigisse, a princípio, a imposição de sigilo à totalidade dos autos, é certo que, diante do relatório apresentado pela autoridade policial em 19/3/2024 (Relatório nº 1093118/2024) não há necessidade de manutenção da total restrição de publicidade (HC 88.190, Relator, Min. CEZAR PELUSO; Inq. 4831, Rel. Min. CELSO DE MELLO).

Diante do exposto, DETERMINO O LEVANTAMENTO DO SIGILO DOS AUTOS PRINCIPAIS DESTA PET 10.405/DF.

Deverá permanecer em sigilo toda a documentação autuada em anexo, diante da natureza de seu conteúdo.

Nos termos do artigo 230-C, § 2º, do RISTF, os dados a que se refere

PET 10405 / DF

o § 4º do art. 1º da Resolução nº 579/2016 desta CORTE deverão ser autuados em apartado e mantido o processamento sigiloso.

À Secretaria para as necessárias providências.

ENCAMINHEM-SE OS AUTOS à Procuradoria-Geral da República, para manifestação quanto ao relatório da autoridade policial, no prazo de 15 (quinze) dias.

Cumpra-se.

Publique-se.

Brasília, 19 de março de 2024.

Ministro Alexandre de Moraes

Relator

Documento assinado digitalmente